

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI CIM-AMAVI

### CONVITE Nº 002/2013

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ nº 14.695.989/0001-00, estabelecido na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CARTA CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos e que realizará às **9 horas** do dia **22 de maio de 2013**, na sede do CIM-AMAVI, junto a AMAVI, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, recebimento e abertura de propostas objetivando a aquisição de materiais eletrônicos e eletrodomésticos para o Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock, situado em Vidal Ramos, conforme quantidades previstas e preços unitários estimados, constantes do objeto.

#### I - DO OBJETO

##### 1.1.

<i>Item</i>	<i>Nome</i>	<i>Descrição</i>	<i>Qtde</i>	<i>Preço Unitário</i>
1	Aparelho de DVD Player	Aparelho com entrada de USB, controle remoto, alimentação 220 volts.	1	103,75
2	Máquina de Secar Roupas	Modelo de chão, capacidade igual ou superior a 10Kg, cor branca, alimentação 220 volts.	1	1.438,50
3	Freezer	Vertical, com capacidade mínima de 200 litros, cor branca, alimentação 220 volts.	1	1.415,50
4	Multiprocessador	Processador de alimentos, duas velocidades, lâminas em aço inox, fatia, rala, emulsifica, dois discos em aço inox, trava de segurança, capacidade da jarra 1,2 litros, potência mínima de 500 watts, alimentação 220 volts.	1	210,98
5	Batedeira	Com tigela em plástico, batedores em metal, capacidade da tigela de 3 litros, no mínimo 4 velocidades mais a função pulsar, potência mínima de 100 watts, alimentação 220 volts.	1	69,43
6	Circulador de Ar	3 velocidades, hélice com 30cm de diâmetro, grade dianteira giratória, botão de ajuste da grade circular e alimentação 220 volts.	4	103,23
7	Forno Elétrico	Capacidade (L): 45; Potência (W): 1.700; Lâmpada com protetor; 2 resistências (superior e inferior); Dourador; Iluminação interna; Autolimpante; Grade com regulagem de altura; Cor: Branco; Voltagem: 220V.	1	349,75
8	Refrigerador (Cozinha)	Geladeira duplex, com capacidade mínima de 240 litros, cor branca, com prateleiras em vidro temperado, alimentação 220 volts.	1	1.062,33

9	Câmera Fotográfica	Modelo compacto; No mínimo 14Mp de resolução; No mínimo 3X de zoom óptico; Entrada para cartão micro SD ou mini SD ou SD padrão; Carregador bivolt; Bateria do tipo Li-ion recarregável; Cabo para conexão USB sem necessidade de instalação de programa para a visualização das fotos (funcionando como um pendrive).	1	355,67
10	Máquina de Waffles	Prepara no mínimo dois waffles quadrados de uma só vez. Tensão 220V. Potência: 700W. Consumo: 0,70kWh. Dimensões aproximadas: 25x25x85cm. Peso do produto: 1,09Kg. Tosta dos dois lados por igual e ao mesmo tempo. Chapas antiaderentes: fácil limpeza. Possui indicadores luminosos de ligado e pronto para uso. Apoio na posição vertical. Alça isotérmica com presilha: não esquenta e garante um fechamento perfeito. Pés antiderrapantes para melhor fixação do aparelho.	2	83,18
11	Chuveiro	Chuveiro elétrico tipo ducha eletrônica, tensão nominal de 220V, potência de 7700W, que contenha haste reguladora de temperatura, e mangueira com ducha manual. Com todos os acessórios para instalação.	5	91,00

1.2. Prazo de entrega: 15 (quinze) dias após recebimento da autorização de fornecimento.

1.3. Local de entrega: Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC.

## II. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, desde que estejam regularmente estabelecidas no país.

2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, recuperação judicial, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar, ou que contenham contratos suspensos com a Administração Pública, em quaisquer das esferas da Federação.

2.3. A não observância das vedações do item 2.2 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

2.4. Não será permitida a apresentação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

2.5. Não será permitida a apresentação de mais de uma proposta por empresa licitante.

2.6. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, salvo se houver impugnação ao edital em trânsito na abertura do certame.

### III – DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

**3.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas do ramo, que apresentarem na data, hora e local acima mencionado, no Envelope nº 01, lacrado com o título: "DOCUMENTAÇÃO", a seguinte documentação:**

#### 3.1.1. QUANTO A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual ou;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor da Empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de constituição da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 3.1.2. QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, através de Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado da sede da empresa licitante.
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da empresa licitante.
- e) Apresentação do Certificado de Regularidade de Situação junto ao F.G.T.S. (CRF).
- f) Apresentação da Certidão Negativa de Débitos junto ao I.N.S.S. (CND).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) Declaração de Cumprimento ao disposto artigo 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF/88, que dispõe sobre o não emprego de menores, na forma do Decreto Federal nº 4.358/02, conforme modelo do Anexo I do edital.
- i) Credencial de preposto quando for o caso, com poderes para impetrar ou desistir de recurso

sobre o presente ato.

### 3.1.3. OBSERVAÇÕES:

- a) As certidões que não indicarem o prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo, até 30 (trinta) dias antes da data de recebimento das propostas.
- b) Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- c) O licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) e/ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – INSS.

### 3.1.4. MICROEMPRESAS – ME, OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP:

- a) Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempresas – ME, e Empresas de Pequeno Porte – EPP, deverão credenciar-se e apresentar os seguintes documentos:
- b) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.
- c) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, conforme modelo do Anexo II.

**3.2. As empresas participantes deverão apresentar também o Envelope nº 02, com o subtítulo de "PROPOSTA DE PREÇOS", o qual deverá conter a proposta de preço dos itens, com o respectivo preço unitário, preço total e a marca de cada item especificado na tabela.**

3.2.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em formulário específico fornecido pelo CIM-AMAVI, constante do Anexo III, preenchido manualmente ou datilografado, todas as páginas assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo ao CIM-AMAVI ou não impedir a exata compreensão de seu conteúdo.

- a) Para efeitos de cotação, será permitido, no máximo, a utilização de 02 (duas) casas decimais.
- b) Os preços cotados deverão ser expressos em moeda corrente nacional, vedada a inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária, tendo como data base o mês da apresentação da proposta.

c) Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Contratante.

d) Serão desqualificadas as propostas que deixarem de cumprir inteiramente ou em parte qualquer um dos itens contidos nos envelopes 01 e 02, bem como, também será desclassificado o item da proposta cujo preço for superior a 5% do previsto neste instrumento.

**3.3. A "DOCUMENTAÇÃO" (envelope nº 01), a "PROPOSTA DE PREÇOS" (envelope nº 02) deverão ser apresentadas em envelopes lacrados com as seguintes especificações:**

**ENVELOPE Nº 01**

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI

Carta Convite nº 002/2013

Envelope nº 01 - "Documentação"

Empresa: .....

**ENVELOPE Nº 02**

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI

Carta Convite nº 02/2013

Envelope nº 02 - "Proposta de Preços"

Empresa: .....

3.3.1. Após o recebimento dos envelopes, não serão permitidas alterações em quaisquer dos envelopes ou seus conteúdos, sob pena de impedimento de participação no certame.

**IV - ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**4.1. RECEBIMENTO:**

4.1.1. Os envelopes serão recebidos pela Comissão de Licitação, no dia, hora e local estabelecidos no presente Edital, observando-se o seguinte procedimento:

**4.2. ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.2.1. Os envelopes serão abertos pelo Presidente da Comissão e todas as folhas serão rubricadas por este e pelos membros da Comissão, ficando a disposição dos licitantes para

que os mesmos assim procedam.

4.2.2. As proponentes que, independente do motivo, deixarem de apresentar ou apresentarem em desacordo qualquer um dos documentos exigidos, serão de pronto inabilitadas, sendo os envelopes contendo as Propostas de Preços devolvidos apenas após encerramento da licitação.

4.2.3. Todos os documentos, depois de rubricados, deverão ser examinados pelos membros da Comissão e pelos proponentes, sendo registrada em ata, as impugnações, soluções e manifestações de concordância para o prosseguimento do Processo Licitatório.

4.2.4. Qualquer impugnação ou interposição de recurso poderá ser manifestada e consignada em ata.

4.2.5. É de 02 (dois) dias úteis o prazo para a formalização de recursos, a contar da comunicação ou registro em ata do resultado da análise dos Documentos de Habilitação.

4.2.5.1. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis.

4.2.6. As decisões dos recursos impetrados, a abertura ou não do envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS das empresas atingidas pela impugnação serão comunicados a todos os proponentes por fax ou e-mail.

4.2.7. Os licitantes que tiverem seus documentos impugnados e que após o julgamento dos recursos, forem desqualificados, receberão de volta o envelope nº 02 após o encerramento da licitação.

4.2.8. Estarão habilitados os licitantes que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2.9. Ficarão sob guarda da Comissão o envelope de nº 02 de todos os licitantes habilitados, mesmo que algum destes tenha sido objeto de recursos.

4.2.10. Decorridos todos os prazos de recursos, a Comissão de Licitação marcará a data, hora e local da abertura dos envelopes nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, comunicando a todos os interessados por fax ou e-mail.

4.2.11. Recursos para anulação ou revogação da licitação não terão efeito suspensivo sobre a mesma.

#### 4.3. ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS:

4.3.1. No dia, hora e local definido pela Comissão de Licitação e comunicados aos proponentes habilitados na fase anterior, a Comissão de Licitação dará início a abertura dos envelopes nº 02 - Proposta de Preços.

4.3.2. O Presidente da Comissão de Licitação abrirá os envelopes e fará a leitura, em voz

alta, dos preços ofertados de cada item, os quais deverão constar em ata.

4.3.3. Todas as folhas serão rubricadas pelos membros da Comissão, ficando a disposição dos licitantes para o mesmo procedimento e análise das propostas.

4.3.4. Serão verificados os documentos exigidos neste Edital, sendo desqualificadas as propostas que, por algum motivo, não atendam a qualquer um dos itens exigidos.

4.3.5. Qualquer impugnação ou interposição de recurso deverá ser manifestada e consignada em ata.

4.3.6. É de 02 (dois) dias úteis o prazo para a formalização de recursos, a contar da comunicação ou registro em ata do resultado da análise das Propostas de Preços.

4.3.7. Efetuados todos os procedimentos anteriores, o Presidente dará por encerrada ou suspensa a sessão para que a Comissão possa efetuar a análise técnica, bem como, a seu critério, consultar as fontes necessárias à comprovação da veracidade das informações apresentadas pelos licitantes, ou declarará os vencedores do certame.

4.3.8. Os licitantes que tiverem suas propostas impugnadas e que não obtenham provimento aos recursos, após julgados, serão desclassificados.

#### 4.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

4.4.1.1. Para todos os efeitos, será considerado como correto o preço unitário ofertado pela proponente na Proposta de Preço.

4.4.2. A Comissão de Licitação rejeitará as propostas que:

4.4.2.1. Contenham Propostas de Preços em desacordo com o estabelecido neste Edital.

4.4.2.2. Que contenham preços simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, nos termos do parágrafo 3º e parágrafo 4º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993.

4.4.2.3. Não contiverem informações suficientes para a perfeita identificação, qualificação e avaliação dos preços dos materiais ofertados.

4.4.3. Verificada absoluta igualdade de menor preço entre duas ou mais propostas, a definição da empresa vencedora dar-se-á por sorteio em ato público, ao qual todas as proponentes classificadas serão convocadas.

4.4.4. Serão assegurados os benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que tenham comprovado essa condição.

4.5. Nas sessões de Abertura e Julgamento da Documentação de Habilitação e Propostas de Preços será lavrada a ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados das proponentes.

## V - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FORNECIMENTO

5.1. O pagamento será feito em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos, através de ordem de crédito bancária.

5.2. O fornecimento dos itens do objeto será feito mediante requisição de fornecimento, encaminhado via on-line, com o respectivo empenho prévio, tendo como local de entrega o Acolhimento Institucional, situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos, mediante recibo de entrega dos funcionários do abrigo, observadas as condições descritas no objeto deste Edital.

5.3. Os preços contratados não sofrerão reajuste.

## VI - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1. No julgamento das propostas, será adotado o critério de **“MENOR PREÇO POR ITEM”**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital.

## VII - DA FONTE DE RECURSOS

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária: 4.4.90.00.00.00.00.

## VIII - DAS SANÇÕES

8.1. O licitante que entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIM-AMAVI, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

8.2. Caso a empresa vencedora se recuse a receber as Notas de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação feita pelo CIM-AMAVI, sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida. Ocorrendo esta hipótese o CIM-AMAVI poderá anular a Nota de Empenho e aplicar, à licitante, multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

8.3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.



## IX – CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta técnica.

9.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração a empresa licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

9.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município.

9.4. A Comissão de Licitações, se houver interesse público, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos do art. 41. e art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.5. Caso as datas previstas para a realização do evento da presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo e, não havendo retificação de convocação, àqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil sequente, no mesmo local e hora previstos, independentemente de qualquer comunicação aos interessados.

9.6. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CIM-AMAVI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.8. Qualquer informação poderá ser obtida na Diretoria Executiva do Consórcio, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, ou através do telefone (47)3531-4242, no horário das 8 às 12 e das 14 às 17 horas.

9.9. O presente Convite será publicado no Mural da recepção da AMAVI no endereço acima, como também nos site [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

Hugo Lembeck  
Presidente do CIM-AMAVI

Agostinho Senem  
Diretor Executivo do CIM-AMAVI

## ANEXO I

### CARTA CONVITE nº 002/2013

#### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Nº 9.854/99).

....., ..... de ..... de 2013.

-----  
Assinatura do Representante Legal  
Nome:.....  
CPF.....  
Carimbo do CNPJ da Empresa

## ANEXO II

### CARTA CONVITE Nº 002/2013

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO** **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**DECLARAMOS** para fins de participação no procedimento licitatório – CONVITE Nº 01/2012, que a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita sob o CNPJ \_\_\_\_\_ é **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento de Registro do Comércio, e conforme Declaração expedida pela Junta Comercial (comprovando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

....., ..... de ..... de 2013.

-----  
Assinatura do Representante Legal  
Nome:.....  
CPF.....  
Carimbo do CNPJ da Empresa

## **ANEXO III**

### **CARTA CONVITE Nº 002/2013**

### **PROPOSTA DE PREÇOS**